

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.731 - SP (2020/0022876-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : JORGE ALEGRIA SIMÕES
ADVOGADO : RAFAEL RIBEIRO DE LIMA - SP096573
AGRAVADO : FERNANDO ALEGRIA SIMÕES
ADVOGADO : LEONARDO BERNARDO MORAIS - SP139088

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por JORGE ALEGRIA SIMÕES, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

COBRANÇA – Sentença de improcedência – APELO DO AUTOR – Inadmissibilidade – Sentença que não padece de qualquer nulidade – Pretensão de reaver valores transferidos a irmão, com o fito de administrar os interesses de ambos, no que tange a herança deixada pelo pai – Autor que não comprova desvio dos valores – Réu que, por seu turno, comprova, documentalmente, a transferência integral do numerário recebido de seu irmão, um dia após o recebimento, para advogada constituída por ambos – Fato impeditivo do direito do autor devidamente comprovado – Inteligência do art. 373, II, do NCPC. Sentença mantida – RECURSO DESPROVIDO. (fls. 534).

O recorrente alega violação dos arts. 447, § 2º, I; 457, § 1º, e 1.009, § 1º, todos do CPC, no que concerne à oitiva de pessoa impedida de testemunhar e à possibilidade de provar a contradita de testemunha, indeferida em audiência, por ser matéria não coberta pela preclusão.

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso especial, quanto ao art. 447, § 2º, I, do CPC, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Também não há nulidade pelo desacolhimento da contradita da testemunha Lis Daiana, formulada na gravação (mídia CD), que não era mais companheira do réu há, pelo menos, quatro meses.

Extinto o vínculo da união estável, não há subsunção da hipótese à norma insculpida no art. 447, §2º, inciso I, do Código de Processo Civil.

Cumpre salientar, ainda, que a testemunha fora arrolada desde 01.08.2018 (fls. 448) e o autor, em vez de trazer aos autos comprovação do alegado (da existência do vínculo à época do depoimento), limitou-se às

meras alegações (fls. 451), que não são capazes de prevalecer diante da negativa da própria testemunha, que detém controle e total conhecimento sobre sua vida conjugal.

Assim, foi bem rejeitada a contradita, e a sentença não padece de nulidade até porque esse depoimento é apenas um dos elementos de prova em que se lastreia a convicção do magistrado. (fls. 536/537).

Assim, portanto, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Além disso, quanto ao mais, na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que os dispositivos em questão não foram examinados pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente